

NAS ENTRELINHAS: A REPRODUÇÃO DE VOZES NO JORNALISMO IMPRESSO

Marilete Eleutério¹
Claudemir Hauptmann²

RESUMO: A quais interesses atende o discurso jornalístico? Qual é a mensagem deste discurso? E como nele se reproduz a voz do poder – a voz do dono e dos mandantes (diretos e indiretos)? Estas são algumas das questões que serão analisadas no presente artigo, que tem como objetivo contribuir com a reflexão a respeito do fazer jornalístico e o seu impacto social. Diante disso, a proposta deste trabalho é a análise das reportagens publicadas na editoria local do Jornal Correio do Povo do Paraná, de Laranjeiras do Sul, durante o mês de março de 2012. A ideia é evidenciar a proporção de espaços cedidos para os discursos oficiais em detrimento de discursos populares, mostrando, por exemplo, a seleção de fontes feitas pelo jornalismo no tratamento dos assuntos cotidianos. Uma das premissas deste trabalho é que seja possível identificar a tendência editorial a partir dos temas e das fontes que vão falar sobre eles. Em razão de tal proposta, vale-se de uma abordagem metodológica mista, considerando-se aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa. Para tanto, recorre-se à pesquisa de campo e bibliográfica, baseando-se em autores como Traquina (2005), Van Dijk (2010) e Noblat (2008).

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo impresso, voz, entrelinhas, formação do leitor.

INTRODUÇÃO

O jornalismo, que tem como principal objetivo levar informação para auxiliar na formação de cidadãos críticos, existe para servir antes de tudo ao conjunto de valores mais ou menos consensuais que orientam o aperfeiçoamento de uma determinada sociedade (NOBLAT, 2003). Entre esses valores estão a liberdade, a igualdade social e o respeito aos direitos fundamentais do ser humano. Porém, muitas vezes o jornalismo não age desta forma, ao basear-se apenas nas fontes oficiais e no poder dominante. É vítima do fontismo a que se refere Medina (2002). Ao não dar voz à comunidade e ao cidadão, o jornalismo se transforma em mero aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER *apud* MATTELART, 2005, p. 93).

Um cuidado que deve ser observado na seleção de fontes é o que ressalta Traquina (2005), ao justificar que quando os jornalistas ficam dependentes das fontes podem ficar

¹ Acadêmica do curso de Comunicação Social – Jornalismo na Faculdade Assis Gurgacz (FAG) – marileteeleuterio@hotmail.com

² Professor orientador – cchauptmann@fag.edu.br

orientados para a fonte, e assim, ceder à tentação de escrever para a fonte e não para o público. “Quando o jornalista segue a esta tendência, perde mais a sua independência e deixa as fontes definirem as situações” (TRAQUINA, 2005, p. 196).

Assim, quando a notícia acaba virando espetáculo, deixa de cumprir as funções sociais, como levar informação. Além disso, a mera reprodução de discursos do poder constituído não auxilia em nada a formação da democracia, bloqueando quase todas as mensagens que não sejam as oficiais ou se articulem em torno do poder. Como cita Mattelart (2005) ao descrever o organismo social: “em toda multidão, há condutores e conduzidos, hipnotizadores e hipnotizados. Só a sugestão explica como os segundos passam a seguir cegamente os primeiros” (p. 24).

Em referência a escola do pensamento crítico, o autor questiona como os meios de comunicação de massa são instrumentos de ajuste social, de violência simbólica e de dominação e, ao contrário do que acreditava a escola funcionalista, não contribuem em nada com a democracia. “Descritos e aceitos pela análise funcional como mecanismos de ajuste, os meios de comunicação tornaram-se suspeitos de violência simbólica, e são encarados como meios de poder e de dominação”. (MATTELART, p. 73)

Apesar do acesso à informação estar universalizado principalmente através da internet, ainda falta o acesso aos meios de comunicação de massa.

JORNAL CORREIO: UM ESTUDO DE CASO

Como ensina Dimenstein (1990), o jornalismo independente e, portanto, com credibilidade, significa atritos com o poder – logo, com as fontes oficiais. Noblat (2008) acrescenta que Imprensa existe para satisfazer os aflitos e afligir os satisfeitos. Assim, há necessidade de fugir do fontismo para encontrar novos e variados canais de obtenção de dados. Nesse caso, vamos considerar fonte oficial qualquer fonte em que a função preceda a pessoa. Ou seja, gente que esteja à frente de alguma organização pública, privada, econômica, política ou social. E fontes populares, as pessoas comuns, que não são dirigentes de qualquer tipo de organização.

Por outro lado, os editores exigem de seus comandados boas notícias. “É preciso, então, um malabarismo para que não se fique tão distante das fontes a ponto de perder a informação e nem tão próximo que signifique deixar de publicá-la”. (DIMENSTEIN, p. 22).

Para corroborar com tal premissa, é feito um levantamento de dados na editoria local do Jornal Correio do Povo do Paraná, de Laranjeiras do Sul/PR³, com o objetivo de comparar quantas vezes foram utilizadas fontes oficiais em relação às fontes populares. Foram analisadas as reportagens publicadas entre os dias 01 a 31 de março de 2012.

O levantamento feito no Jornal Correio do Povo do Paraná apontou que durante o mês de março de 2012 foram publicadas 50 reportagens em 38 páginas da editoria local. No total, foram citadas direta ou indiretamente 103 fontes. Destas, 82 foram fontes oficiais e apenas 21 são fontes populares. A maior parte das fontes oficiais são pessoas integrantes de órgãos do governo, como secretários, prefeitos, chefes de gabinete, delegado, inspetor de polícia, entre outros. Estes sempre aparecem com voz ativa, onde o sujeito é o agente da ação verbal, ou seja, é ele quem a pratica.

As 17 edições publicadas no mês de março repetiram 25 vezes as mesmas fontes nas reportagens, apontando quem são os entrevistados preferenciais dos jornalistas. Um exemplo é o delegado da Polícia Civil, Adriano Chohfi, citado nas edições 1345 (Polícia apreende mais de mil maços de cigarros contrabandeados), 1358 (Jovem furtava para comprar crack) e 1362 ("Não gosto de correr de polícia"). Em uma destas reportagens, ele foi a única fonte citada.

Das fontes oficiais, outras 11 são repetidas duas vezes no mesmo período. Destas, 16 estão relacionadas ao governo municipal, seja através do prefeito, secretários ou mesmo funcionários de órgãos relacionados à Prefeitura. Por outro lado, em 37 das 50 reportagens publicadas não foi citada fonte popular enquanto que em apenas uma reportagem não foi citada fonte oficial. Das 21 fontes populares citadas, nenhuma se repete nas reportagens. São elas: ganhadora de prêmio, pintor, motorista, aposentado, estudantes, motociclista, professores, mãe, dona de casa, preso, clientes e pecuarista.

A voz ativa das fontes oficiais é o que se destaca nas reportagens. Um exemplo é a reportagem "Prefeitura se desfilia e rompe relações com a Acils"⁴, publicada em 02 de março de 2012: "O prefeito Berto Silva anunciou ontem, durante entrevista coletiva à imprensa, que está rompendo relações com a Associação Comercial e Industrial de Laranjeiras do Sul" e "Everson Mesquita (secretário municipal de governo⁵) considerou uma 'grosseria' a resposta do presidente Gizélio (Gizélio Linhares, presidente da Associação Comercial e Industrial de Laranjeiras do Sul⁶) e garantiu não ter nenhum interesse em concorrer à presidência da Associação, novamente".

³ Veja quadro anexo

⁴ Reportagem publicada na edição 1345, de 02 de março de 2012, página 03.

⁵ Nota do autor

⁶ idem

Já na reportagem “Jovem furtava para comprar crack”⁷ a fonte popular – neste caso, o preso – é citado. Todavia, ele aparece como sujeito passivo na reportagem, sem voz direta: “Willian se aproveitou da ausência das pessoas para se apropriar dos objetos de valor que conseguiu encontrar no caminho”. As fontes oficiais são representadas em vezes desproporcionais ao número de entrevistados representantes do povo, que quando aparecem nas reportagens, são citados em voz passiva, em que nela a situação se inverte, pois o sujeito torna-se paciente, isto é, sofre a ação verbal passiva.

São poucos os exemplos em que é possível perceber a utilização de fontes populares. Um deles é na reportagem “63 atendidos pelo CAPS já pararam de fumar”⁸. Ao citar a fonte, é relatado apenas que “Um exemplo de motivação é o da dona de casa Bernadete Kraczinski. Ela tem 45 anos e fuma há mais de 20. Iniciou o tratamento na terça-feira e já se sente muito animada e mais disposta. Decidiu parar porque o cigarro estava prejudicando sua saúde. Com relação ao tratamento diz que é muito bom”.

Diante de tais publicações, comprova-se que a maioria da população que não tem acesso ao veículo impresso e acaba não tendo voz e nem vez. A tendência é sempre ouvir autoridades e raramente fontes populares, que ficam sem acesso aos meios de comunicação. Ao agir desta forma, a imprensa faz com que grande maioria dominada passe a venerar as autoridades e respeitá-las só ouvindo o que eles têm a dizer e nunca a população, que fica sem direito ao contraditório.

Com isso, abre-se um precedente para afirmar que o jornalismo está a serviço do poder – econômico, político e social - e não para atender ao interesse do seu leitor, maioria não integrante das classes política e empresarial local. Nesse processo, contribui-se para aumentar o distanciamento entre dominantes e dominados. Ao não abrir espaço a quem já não tem voz, a imprensa também contribui para manter o poder dominante, uma vez que principalmente em pequenas cidades, os jornais locais acabam cedendo à tentação de unir-se ao poder dominante para usufruir dos recursos que assegurarão sua sobrevivência e lucros.

Diante da relevância do tema para a construção de uma opinião pública esclarecida e da liberdade de expressão da sociedade em geral, busca-se apoio teórico em autores como Teun A. van Dijk (2010), Ricardo Noblat (2008), Cremilda Medina (2002) e Nelson Traquina (2005) para reiterar a função social e as normas para se fazer bom jornalismo.

O começo, como defende Medina (2002), é abrir o espaço para as vozes sufocadas, pois “se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se

⁷ Reportagem publicada na edição 1358, de 22 de março de 2012, página 04.

⁸ Reportagem publicada na edição 1355, de 16 de março de 2012, página 04.

quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo." E pelo viés trabalhado nesse artigo, o diálogo proposto é com os representantes das classes dominadas.

QUEM FALA, QUANDO FALA, COMO FALA

Um dos principais autores que discute a relação de dominação através do discurso e a desigualdade social, van Dijk (2010) fundamenta sua obra "Discurso e Poder" analisando desde as particularidades, como a entonação da voz em um discurso, um pronome, até as manchetes jornalísticas que se relacionam a algo tão abstrato quanto as complexas relações de poder na sociedade.

Para manter-se no poder, os que estão no controle precisam primeiramente comandar a produção do discurso, o *timing*, o conteúdo e estilo de um *release*, assim como as entrevistas com jornalistas. Sendo assim, são eles que determinam quem pode falar ou escrever o que, para quem, em quais situações e através de que meios de reprodução. O que se comprova é que quanto menos poderosa for uma pessoa, menor o seu acesso às formas de escritas ou de fala. Ou seja, literalmente, os "sem poder" ficam calados.

Em Paulo Freire (2005) encontra-se o conceito de mutismo, que ele usa para explicar que temos uma geração que nasceu oprimida, calada, sem voz e desaprendeu a fazer diálogo. Esse problema da incomunicação (FREIRE, 2005, p.77) deriva de um quadro de dominação peculiar ao colonialismo. Paulo Freire dizia que o homem brasileiro era acometido por um mal que denominou "mutismo" provocado pela inexperiência democrática e pela absoluta falta de comunicação.

Freire tem uma frase emblemática para explicar o tal mutismo: "O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça baixa, com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem Relações. Sem escolas. Doente. Sem fala autêntica" (FREIRE, 2005, p.74).

A seleção de fontes com prioridade às falas oficiais também é explicada por Traquina (2005) ao justificar que a autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística. "O fator de respeitabilidade refere-se aos procedimentos dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade" (p. 191). Da mesma forma, Gans (1979, p. 130 *apud* TRAQUINA, 2005) presume que essas fontes sejam mais credíveis, quando mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de as suas ações e opiniões serem oficiais.

Essa ideia é também demonstrada na teoria interacionista, ao justificar a rotinização do trabalho como causa da utilização prioritária de fontes oficiais. Schudson (1986:31 *apud* Traquina,

p. 197) descreve o processo de produção de notícias como “normalmente uma questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de outras burocracias”.

JORNALISMO SEM CENSURA

A censura sempre existiu na história da comunicação, mas vem sendo quebrada ao longo dos anos, com o acesso à informação. Democracia e jornalismo, desta forma, sempre tem andado juntos. Isso porque conforme defende Traquina (2005, p. 22), “a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura”. Ainda conforme o autor, “tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia” (TRAQUINA, 2005, p. 23).

Tradicionalmente, o poder sempre esteve ao lado de quem tem o acesso ou o controle do capital ou a terra, conhecimento, educação, fama ou a força física. Todavia, muitas formas de poder contemporâneo estão relacionadas ao poder simbólico, que trata, entre outros, do controle sobre o discurso público. “Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas” (VAN DIJK, 2010, p. 23).

Assim, as falas e escritas públicas podem ser apenas uma de muitas formas a serem examinadas. Porém, ao se fazer um estudo crítico das organizações complexas há sérias limitações de acesso. E a mídia, quando dá mais espaço a quem está no poder contribui para o aumento das desigualdades sociais. Ao tratar do tema, van Dijk (2010, p. 22) afirma que “a regra geral é que quanto mais altos e influentes os discursos menos eles se mostram públicos e acessíveis para um exame crítico – e às vezes é a lei que limita o acesso, como é o caso das reuniões ministeriais”.

Conforme descreve Campos (2012) há muitos exemplos de reportagens tendenciosas que conseguem destacar as qualidades positivas e promover seus aliados, evidenciando, por outro lado, as qualidades negativas da oposição. O contra argumento utilizado por jornalistas e políticos para justificar tais atitudes, é que “não tem controle sobre o modo como as pessoas leem, compreendem ou interpretam seus discursos” (CAMPOS, 2012)

O receio de perder o emprego leva o jornalista a ser tornar cada vez mais subserviente, cada vez mais “cordeirinho” diante de chefetes e representantes do patronato nem sempre éticos e honestos. Para evitar “complicações” pratica-se um jornalismo declaratório, de gabinete, sem investigação, sem aprofundamentos, sem interpretação, sem compromisso com o leitor. (CAMPOS, 2012, p. 6).

Contudo, abuso de poder é o uso ilegítimo do poder, conforme explica Van Dijk (2010). Os abusos representam a violação dos direitos sociais e civis das pessoas e, na área da comunicação, isso pode representar o direito de ser bem informado e educado, de ter acesso à informação correta. Várias são as modalidades de abuso de poder. Uma delas pode estar representada na forma de seleção do conteúdo a ser divulgado. E, logicamente, também na seleção de vozes a serem usadas.

A manipulação pode iniciar já na pauta, ainda antes da edição propriamente dita. Ela começa na seleção dos temas a serem tratados, na definição dos ângulos que serão usados na abordagem, na seleção de quem fala sobre isso e até como esse material será graficamente apresentado aos leitores. Conforme Campos (2012), a edição também corrobora com tal atitude, seja através de uma manchete maldosa e distorcida ou até mesmo uma foto artificialmente desfavorável de um personagem, um desvio ético flagrante da edição e chefia de reportagem.

Já para Pierre Bourdieu (1977), o jornalismo serve como os “óculos” da realidade, pois tem o poder de selecionar o tipo de conteúdo que será apresentado em detrimento de outros, que serão deixados de lado. Todavia, ao distorcer o teor da informação e/ou limitar as informações desfavoráveis ao poder dominante por meio da divulgação seletiva de informações e de fontes, o repórter está privando o leitor do acesso, favorecendo assim as elites.

É significativo refletir sobre a evolução que as diversas abordagens oferecem do jornalismo como um “espaço” aberto aos diversos agentes sociais. Afinal, o jornalismo é um “contra-poder” ou um “poder” a serviço dos “poderosos”. [...] O jornalismo é apenas um espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante, ou pode ser um espaço aberto a todos os agentes sociais na luta política e social? (TRAQUINA, 2005, p. 25)

Felipe Pena (2005) também explica como funciona a seleção de conteúdos, ao retratar as teorias do agendamento e da espiral do silêncio. Utilizado pela primeira vez pela pesquisadora alemã Noelle-Neumann, o termo ‘Espiral do Silêncio’ serve para descrever o mecanismo psicológico onde indivíduos seguem as opiniões dos outros. Enquanto isso, as outras opiniões isoladas são rejeitadas.

Assim, a submissão à ideologia dominante dificulta as mudanças de hábitos entre os indivíduos. “A opção pelo silêncio é causada pelo medo da solidão social, que se propaga em espiral e, algumas vezes, pode até esconder desejos de mudança presentes na maioria silenciosa. Ou seja, as pessoas não só são influenciadas pelo o que os outros dizem como também pelo que imaginam que eles poderiam dizer” (PENA, 2005, p. 155).

Da mesma forma, o jornal impresso, ao ser utilizado como meio de reprodução de discursos manipulados está entre os meios de comunicação de massa mais penetrantes e

influentes, considerando o número de receptores. “Além dos discursos falados e visual da televisão, os textos de jornal desempenham um papel vital na comunicação pública. Ao contrário da crença popular e do senso comum entre os estudiosos, as notícias da imprensa são geralmente mais bem lembradas do que as notícias da televisão” (ROBINSON; LEVY, 1986, apud VAN DIJK, 2010).

MEIOS DE DOMINAÇÃO

O poder não aparece apenas por meio dos discursos, mas também “por detrás” dos discursos. São várias as formas de dominação utilizadas para o controle da informação levada pelos meios de comunicação de massa, relacionadas tanto às condições financeiras quanto tecnológicas. Entre elas, estão a financeira, tecnológica, por meio de investimentos seletivos, controle orçamentário, contratação e demissão de jornalistas e, algumas vezes, na influência editorial direta que controla o conteúdo a ser reproduzido.

A partir de tantas imposições diante da profissão, Traquina (2005) questiona até onde são livres os jornalistas para optar qual gancho utilizar em uma reportagem. O que se sabe é que muitas vezes, devido ao modelo de processo utilizado, a reportagem vai passando por etapas na edição, revisão e diagramação, que transformam a ideia principal e a condicionam para que atenda a outros interesses, diferentes do inicial: levar a informação real ao leitor.

O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o (s) próprio (s) dono (s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a “promoção” dos seus acontecimentos para figura nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite. (TRAQUINA, 2005, p. 25)

A mesma premissa sobre a atuação dos profissionais é levantada por Noblat (2008), ao dizer que não existe liberdade absoluta. Como não existe verdade absoluta. “Os crentes enxergam Deus como uma verdade inquestionável; os ateus, como uma invenção das religiões para controlar os homens e impor-lhes certos limites. O direito de uma sociedade à livre informação é relativo; como de resto, tudo na vida”. (p. 20)

SERVIÇO PÚBLICO *VERSUS* NEGÓCIO

Um jornal é, ao mesmo tempo, uma fonte de serviço público e um negócio. Desta forma, o maior desafio é saber como proceder para atender tanto a necessidade dos leitores, como a dos

donos de jornal, de obter lucro para se manter no mercado. Como lembra Noblat (2008), [...] mais do que informações e conhecimentos, o jornal deve transmitir entendimento. Porque é do entendimento que deriva o poder. E em uma democracia, o poder é dos cidadãos.

Noblat (2008) inclusive lista os deveres dos jornalistas com a verdade, com o jornalismo independente, com os cidadãos (não tendo vergonha de tomar partido deles) e com sua própria consciência.

Para as empresas de comunicação privada, que dependem da propaganda, a barganha utilizada para a reprodução de discursos de quem está no poder também pode ser representada através da veiculação de informes ou propagandas de clientes importantes, ou por meio daqueles que fornecem informações regularmente, das quais depende o meio de comunicação.

O jornalista, porém, não pode ficar no meio deste impasse entre desempenhar sua função e levar a informação ao leitor e atender aos interesses econômicos da empresa jornalística que lhe contratou. Conforme explica Traquina (2005), há dois polos que precisam a cada publicação serem atendidos. O polo positivo que é o "polo ideológico", onde o jornalismo atua como um serviço público que fornece aos cidadãos a informação de que precisam para votar e participar na democracia e também age como guardião que defende os cidadãos dos eventuais abusos de poder. Por outro lado, simultaneamente o jornalismo tem sido um negócio e as notícias uma mercadoria que tem alimentado o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas.

Enquanto que num dos polos o jornalismo identifica-se como um serviço público, em outro é um negócio como outro qualquer e, portanto, precisa assim ser gerenciado para ter lucros no final de cada ano. Essa eterna queda de braço entre os departamentos de Jornalismo e Comercial muitas vezes resulta em ação desfavorável a uma das partes – o cliente, ou o leitor. Todavia, segundo Campos (2012), abrir espaço somente para um dos lados da história, e bloquear o acesso de leitores no processo de comunicação, pode apresentar consequências catastróficas.

(...) veículos que operam de costas para seus receptores, apenas usando-os como massa de manobra a serviço de senhores do poder, de grupos econômicos, de ideologias políticas, etc, cedo ou tarde deparam-se na lamentável situação de peixe fora d'água ou como um navio sem mar. Afinal, jornal sem leitor e político sem voto é morte anunciada. (CAMPOS, 2012)

Esta ideia é reiterada pelo italiano Gramsci (1982), ao defender que os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, "transformáveis" filosoficamente, capazes, maleáveis à transformação; 2) como elementos "econômicos", capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros.

Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação. Todavia, é necessário - quando se constrói um plano editorial - manter a distinção entre

os dois aspectos, a fim de que os cálculos sejam realistas e não de acordo com os desejos pessoais. (GRAMSCI, p. 84)

Ao mesmo tempo, quando decidem o que publicar, quando publicar e de que forma, o jornalista integra a 'elite simbólica', responsável pela reprodução do poder simbólico. Conforme Bourdieu (1977) estão inclusos neste grupo além dos jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no "capital simbólico". Esse poder simbólico pode, inclusive, determinar a agenda de discussão pública, controlar a quantidade e o tipo de informação, e promover quem deve ganhar destaque. "Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico" (DIJK, 2010, p. 45).

Diante disso, os jornalistas poderiam, se quisessem, exercer um duplo papel: ao mesmo tempo em que são porta-vozes da opinião pública, ainda poderiam agir como vigilantes do poder político que protege os cidadãos contra os abusos dos governantes. Porém, ao lado das elites política, militar e econômica estão as elites simbólicas, que dão sustentação ao aparelho ideológico, permitindo, a reprodução do poder dominante na sociedade da informação e da comunicação. Todavia, os interesses destas elites não são, geralmente, diferentes da voz do patrão e das ideologias daqueles que lhes pagam o salário ou dão apoio.

O QUE DIZEM OS MANUAIS

"Esqueçam. Não há receita." Assim afirma Noblat (2002), sobre a produção de notícias. Para o autor, dá prazer ler um texto bem escrito. Escrevê-lo é que não dá prazer. Dá trabalho. A começar pela seleção de fontes. E, vez por outra, remete quem o faz para o divã do psicanalista.

A maioria dos manuais recomenda ir direto ao ponto. Além disso, como salienta Noblat, "Se faço ficção, posso inventar o que quiser. Se faço jornalismo, não posso. Devo ater-me aos fatos." (p. 68). Noblat continua com suas lições citando a ordem direta, simplicidade. Acrescentem "frases curtas". O poeta Vinícius de Moraes disse certa vez que "uma frase longa não é nada mais do que duas curtas". Uma muito longa cansa e confunde o leitor.

O domínio das palavras também está na lista dos itens que um jornalista deve levar em consideração. A lição é do jornalista Mino Carta, fundador de Veja, Isto É, Jornal da Tarde, Quatro Rodas e Carta Capital: "A língua portuguesa tem mais do que 50 palavras. Usem-nas". Mas afinal, como se faz o bom jornalismo? Como contribuir para a coexistência pacífica dos campos ideológico e econômico da notícia? Traquina (2005) defende que o principal produto do

jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção. Assim, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas. São fatos reais, narrados a partir de uma realidade e que devem ser levados ao leitor da forma mais isenta possível.

O FUTURO DOS JORNAIS

Ouvir o que o leitor tem a dizer – selecionando fontes populares - é umas das principais referências para se manter no mercado. Outra preocupação que devem ter os jornalistas e diretores de jornais para não acabarem com os seus empregos é corrigir as falhas.

A Associação Americana de Jornais vem anotando há 50 anos as queixas mais comuns dos leitores de jornais. [...] Queixam-se os leitores de constantes erros de ortografia, da tinta usada pelos jornais que lhes mancham as mãos e a roupa, das páginas que se soltam quando manipuladas, do excesso de páginas e do formato dos jornais (NOBLAT, p. 14).

Apesar disso, a tendência dos jornais e jornalistas é a oposta: cada vez menos se ouve o leitor e a escolha das pautas, poucas vezes é focada nos assuntos de interesse de quem assina e paga o jornal nas bancas. Noblat (2008, p. 10), narra a tragédia (ou comédia, se preferirem):

[...]
 Cidadão — E quem decide que uma notícia é importante?
 Jornalista — Ora, nós sabemos quando estamos diante de uma notícia importante.
 Cidadão — Então são os jornalistas que decidem quando uma notícia é importante?
 Jornalista — Bem, digamos que seja...
 Cidadão — E se os jornais se parecem tanto é porque os jornalistas pensam da mesma maneira?
 Jornalista — Mais ou menos...
 Cidadão — Quem compra jornal pensa como a maioria dos jornalistas?
 Jornalista — Acho que não. Há pesquisas nos Estados Unidos que provam que não. Mas se compra é porque reconhece que os jornalistas sabem em geral escolher bem o que publicam.
 Cidadão — Então os jornais vendem cada vez mais?
 Jornalista — Não, a maioria dos jornais no mundo vende cada vez menos.

O que se observa é que o texto e as fontes utilizadas pelos jornalistas atende mais ao gosto dos próprios jornalistas que dos leitores. Isso coloca o atual modelo de se fazer jornal em xeque porque não conseguem renovar sua pauta de assuntos para atender aos interesses e ganhar mais leitores. Para Noblat (2008) "Jornalismo não é obra exclusiva de jornalistas. Tanto quanto nós, os leitores são também responsáveis pelo bom ou mau jornalismo que fazemos. Porque eles têm o poder, e todo o poder. Podem comprar um jornal se quiserem. E se quiserem, podem deixar de comprá-lo". (p. 18)

Os manuais de jornalismo ensinam que a notícia deve, em primeiro lugar, despertar o interesse do público. E uma das formas de lhe interessar um assunto, é que nele sintam-se representados, seja como fontes (entrevistados) ou sintam-se identificados com os personagens ali citados.

Isso não é o que ocorre, ao se privilegiar os depoimentos de autoridades, governantes e políticos. Os jornalistas e donos de jornais justificam a relação ressaltando a necessidade de se ouvir fontes oficiais, com mais credibilidade. Sobre isso, o político baiano Antonio Carlos Magalhães atribui-se uma das frases mais célebres relacionadas ao jornalismo: "Há que se dar a cada um o que cada um quer. Não se pode oferecer emprego a quem quer notícia, notícia a quem quer dinheiro e dinheiro a quem quer emprego". Noblat (2008) completa: "Ninguém no exercício do poder — seja ele de que tipo for — dá informação de graça a jornalista. Dá para agradá-lo — e para dele receber mais tarde algum agrado. Ou dá porque tem interesse em ver a informação publicada". (p. 53)

Tal relação entre fontes, jornalistas e poder acaba, muitas vezes, por abortar com a liberdade "negativa" do jornalismo, de vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes. Ao mesmo tempo, essa relação permite uma liberdade "positiva", que ajuda o jornalista a fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho de suas responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística (Noblat, 2008).

O 'x' da questão está justamente em saber o limite dessa relação, já que "a comercialização da imprensa torna o jornalismo mais independente dos laços políticos e transformam a atividade também em numa indústria onde o novo produto – as notícias como informação – é vendido com o objetivo de conseguir lucros." (TRAQUINA, 2005, p. 50)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta que entre as funções da comunicação está a formação da personalidade, a comunicação é, portanto, um produto social. E se forma identidade, o jornalismo contribui para formação de indivíduos obedientes ao poder, perpetuando a relação de desigualdade. Outra função essencial é a expressiva. Qualquer pessoa, quando participa também quer se expressar. E tolhendo o direito ao não deixá-la se expressar, o jornalista está tirando-lhe sua liberdade.

A terceira função da comunicação seria a de relacionamento (entre dominados e dominantes). Mas com a reprodução do discurso apenas do poder dominante, o jornalismo está

ecoando somente a voz de quem manda, pois não ouve o outro lado, e assim, não trata-se de uma relação recíproca.

Ao dar voz, mas somente em condição passiva, o jornalismo contribui para sobrepor a voz dos fortes em relação à voz dos fracos. Essa variação do estilo sintático das notícias é citada por Fowler et. al. (1979, *apud* van Dijk, 2010) ao ressaltar que estudiosos descobriram que a ideologia dos jornais aparecia na forma como os participantes dos eventos com vários graus de poder eram apresentados nas sintaxes das frases – como agentes ativos, colocados na posição 1 de sujeito, ou em posições posteriores em sentenças passivas, ou como autores implicados, mas ausentes.

“Descobriram que quando as autoridades estão ligadas a atos negativos, tendem a ser colocadas em posições posteriores ou simplesmente deixadas fora da sentença. De outro lado, as minorias que aparecem em posições posteriores, sintaticamente dependentes, costumam ocupar a posição 1 de sujeito assim que se tornam agentes negativos (p. 79).

Diante do levantamento feito durante o mês de março de 2012 no Jornal Correio do Povo do Paraná, conclui-se que há necessidade de se rever a rotina de produção, principalmente a relacionada à seleção de temas e fontes para dar tratamento de assuntos no dia a dia, já que na editorial local – onde o leitor tem maior possibilidade de se ver representado – mais de 80% das fontes citadas são autoridades, ou seja, representantes do poder dominante e não da população.

Ao leitor - representado no cidadão – interessa que o jornalismo abra menos espaço aos corredores oficiais e ouça mais as pessoas que tenham histórias para contar. O jornalismo precisa mudar, senão os jornais vão continuar fechando. Há também necessidade de se rever a rotina sob pena de o jornal perder seu apelo democrático.

A impossibilidade do profissional fugir do oficialismo e recorrer sempre às fontes oficiais não parecer ser de caso pensado. Ou seja, o jornalista, embora esteja a serviço do poder, não parece fazer isso intencionalmente. Mais parece estar a serviço do poder por estar envolvido numa rotina que o impede de estar sempre pensando em seu papel, a função social do jornalismo e a necessidade que tem de dar mais espaço às classes oprimidas no sentido de contribuir com sua libertação.

Nisso, aliás, vale uma referência a escola de Frankfurt, da teoria crítica (MATTELART, 2005) sobre a racionalidade técnica. O desenvolvimento da técnica aprisionou o homem na rotina - o uso dos instrumentos - e o alienou do pensamento crítico. Assim, o que era para ser a instrumentalização das coisas, virou a instrumentalização dos homens. A técnica pode até ser positiva, mas só acompanhada de uma consciência crítica.

Ou tal seleção de fontes é revista, ou em pouco tempo o jornalismo deixará de ser considerado o guardião da democracia, “um cão de guarda que uiva para os lobos”, como o

personagem de Dutton Peabody⁹, descrito como “honesto” e o melhor manual da democracia, quando exclama: “Sou um jornalista! Não sou um político. Os políticos são o meu alimento. Construo-os/ derrubo-os. Mas nunca seria um. Não poderia ser um – isso distrair-me-ia. Sou a vossa consciência”.

ANEXO I

Fontes oficiais publicadas nas reportagens da editoria local

Edição	Matérias analisadas	Fonte oficiais
1344	Daga explica importância do Refils	1
	ACILS: Caso ainda está na Justiça	2
	PRF apreende mais drogas na 277	1
	Audiência cobra agilização da UTI	2
1345	Prefeitura se desfilia e rompe relações com a Acils	3
	Prefeituras não tem condições de pagar novo piso salarial	3
	Polícia apreende mais de mil maços de cigarros contrabandeados	1
	Muito carro, muita moto e pouco respeito	4
1347	Como alimentar-se com qualidade e saúde	3
1348	Laranjeirenses participam de ocupação do Incra	2
	Contribuição dos servidores municipais está em 38%	2
	"Quero fazer o que o Berto não fez"	1
1349	Grêmio estudantil articula mudanças	1
	Reitor destaca obras de Laranjeiras do Sul	2
1352	Lama e velocidade	1
	Prefeitura prevê arrecadação de R\$ 1,8 milhões	1
1353	Beto Richa visita Laranjeiras na quinta	1
	Apresentação da banda municipal abre oficinas	2
	Pioneiros da educação receberão homenagem	1
1354	O RG e o CPF da Saúde	1
	Teatro motiva mulheres	1
	Berto responde ofício de Blonski	1

⁹ Personagem do filme *The Man Who Shot Liberty Valance* (br.: *O Homem que Matou o Facínora*) de 1962, do gênero Western, dirigido por John Ford.

1355	Atrações para todas as idades	3
	63 atendidos pelo CAPS já pararam de fumar	1
	Entidades distribuirão mil mudas de árvores	1
1356	PT define pré-candidato	2
	Emoção marca nomeação de avenida	4
	Leilão é sucesso na Expoagro	1
	Irmãos de Rio Bonito conquistam 11 trofeus	0
1357	IPVA: Fique atento para não perder o prazo	1
	Prefeitura oferece 82 vagas em 16 cargos	1
1358	Jovem furtava para comprar crack	1
	Escola Érico faz pedágio para arrecadar livros	1
	Especialista explica para que servem exames de radiologia	1
	Arrecadação da FAI beneficiará quatro entidades	1
1359	Troca de óleo a granel é ecológica e econômica	1
	OAB celebra 20 anos	1
1361	Terra seca	4
	Conhecimento passado adiante	2
1362	"Não gosto de correr de polícia"	1
	Emoção na entrega de donativos	6
1363	Evento celebrou os 20 anos da OAB	2
	Placas refletivas serão obrigatórias a partir de abril	2
	Érico terá educação em tempo integral	1
	Pecuária e Pet Shop Savaris em novo endereço	1
1364	Interact arrecada brinquedos neste sábado	1
	Concurso público foi cancelado após denúncia	1
	Cantu tem 17 assentamentos licenciados	2
	Governo municipal beneficia 29 famílias	1
	Programa inicia com 21 participantes	1
	TOTAL DE FONTES ENTREVISTADAS	82

Fontes populares publicadas nas reportagens da editoria local

Edição	Matérias analisadas	Fontes populares
1344	Daga explica importância do Refils	0
	ACILS: Caso ainda está na Justiça	1
	PRF apreende mais drogas na 277	0
	Audiência cobra agilização da UTI	0
1345	Prefeitura se desfilia e rompe relações com a Acils	0
	Prefeituras não tem condições de pagar novo piso salarial	0
	Polícia apreende mais de mil maços de cigarros contrabandeados	0
	Muito carro, muita moto e pouco respeito	3
1347	Como alimentar-se com qualidade e saúde	0
1348	Laranjeirenses participam de ocupação do Incra	0
	Contribuição dos servidores municipais está em 38%	0
	"Quero fazer o que o Berto não fez"	0
1349	Grêmio estudantil articula mudanças	2
	Reitor destaca obras de Laranjeiras do Sul	0
1352	Lama e velocidade	1
	Prefeitura prevê arrecadação de R\$ 1,8 milhões	0
1353	Beto Richa visita Laranjeiras na quinta	0
	Apresentação da banda municipal abre oficinas	0
	Pioneiros da educação receberão homenagem	3
1354	O RG e o CPF da Saúde	1
	Teatro motiva mulheres	2
	Berto responde ofício de Blonski	0
1355	Atrações para todas as idades	0
	63 atendidos pelo CAPS já pararam de fumar	1
	Entidades distribuirão mil mudas de árvores	0
1356	PT define pré-candidato	0
	Emoção marca nomeação de avenida	0
	Leilão é sucesso na Expoagro	0
	Irmãos de Rio Bonito conquistam 11 trofeus	1

1357	IPVA: Fique atento para não perder o prazo	0
	Prefeitura oferece 82 vagas em 16 cargos	0
1358	Jovem furtava para comprar crack	1
	Escola Érico faz pedágio para arrecadar livros	0
	Especialista explica para que servem exames de radiologia	0
	Arrecadação da FAI beneficiará quatro entidades	0
1359	Troca de óleo a granel é ecológica e econômica	3
	OAB celebra 20 anos	0
1361	Terra seca	0
	Conhecimento passado adiante	0
1362	"Não gosto de correr de polícia"	1
	Emoção na entrega de donativos	1
1363	Evento celebrou os 20 anos da OAB	0
	Placas refletivas serão obrigatórias a partir de abril	0
	Érico terá educação em tempo integral	0
	Pecuária e Pet Shop Savaris em novo endereço	0
1364	Interact arrecada brinquedos neste sábado	0
	Concurso público foi cancelado após denúncia	0
	Cantu tem 17 assentamentos licenciados	0
	Governo municipal beneficia 29 famílias	0
	Programa inicia com 21 participantes	0
	TOTAL DE FONTES ENTREVISTADAS	21

REFERÊNCIAS

BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Reproduction in education, society and culture**. Beverly Hills: Sage, 1977.

CAMPOS, P. C. **História do Jornalismo Comunitário**. Disponível em: <<http://200.145.152.5/~pcampos/HISTORIA%20DO%20JORNALISMO%20COMUNITARIO.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

DIJK, T. A. van. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

- FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- MATTELART, Michèle e Armand. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.
- MEDINA, C. **Entrevista: o diálogo possível**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002
- NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. 7. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- NOBLAT, R. **O que é ser jornalista: memórias profissionais de Ricardo Noblat**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ROBINSON, J.P. & LEVY, M. R. 1986. **The main source. Learning from television news**. Beverly Hills: Sage.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed. 2005.